

## **E/imigrantes do Norte de Portugal no Brasil na primeira metade do século XIX. De caixeiros a comendadores**

**Northern Portugal immigrants in Brazil in the first half of the 19<sup>th</sup> century. From Clerks to comendadores**

**Paulo Amorim<sup>1</sup>**

**Resumo:** O presente artigo constitui um contributo para o estudo do impacto da emigração portuguesa para o Brasil na consolidação da unidade e identidade nacional brasileira, durante a primeira metade do século XIX, tentando perceber, através da caracterização do perfil socioprofissional do e/imigrante português, a sua importância na formação de uma elite nacional brasileira. Não nos limitando a uma mera análise estatística, procuramos, ainda, analisar alguns casos de sucesso de e/imigrantes portugueses deste período, que, sobretudo no Rio de Janeiro, integraram na elite comercial e financeira brasileira.

**Palavras-chave:** emigração; elite; comerciantes; comendas; Portugal; Brasil

**Abstract:** This paper aims at contributing to the study of the impact of Portuguese emigration to Brazil in the consolidation of the Brazilian national identity and unity during the first half of the 19th century, trying to understand, through the characterization of the socio-professional profile of the Portuguese immigrant, its importance in the formation of a Brazilian elite. Besides a statistical analysis, we also analyse some cases of success of Portuguese immigrants during this period, which, particularly in Rio de Janeiro, were part of the Brazilian commercial and financial elite.

**Keywords:** emigration; elite; merchants; commendations; Portugal; Brazil

## Introdução

O presente artigo constitui um contributo para o estudo do impacto da emigração portuguesa para o Brasil, durante a primeira metade do século XIX, na consolidação da unidade e identidade nacional brasileira, tentando provar, através da caracterização do perfil socioprofissional do e/imigrante português, a sua importância na formação de uma elite nacional brasileira. A nossa investigação parte da análise de fontes primárias, como os registos de passaportes do Governo Civil do Porto, depositados no Arquivo Distrital do Porto, emitidos entre 1836 e 1851, e disponíveis numa base de dados desenvolvida pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Nesse sentido, confrontámos o resultado obtido com os dados disponíveis sobre a entrada de portugueses no Brasil, através da base de dados intitulada *Movimentação de portugueses no Brasil (1808-1842)*, disponibilizada pelo Arquivo Nacional brasileiro. Não nos limitando a uma mera análise estatística, procuramos, ainda, analisar o sucesso de alguns e/imigrantes portugueses deste período, que irão integrar, sobretudo no Rio de Janeiro, a elite comercial e financeira brasileira, recorrendo a outras fontes, como a legislação e a imprensa, nomeadamente o *Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro*, publicado, entre 1844 e 1889, pelos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert, e ainda os registos de matrícula dos comerciantes do Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro, instituído na sequência da promulgação do Código Comercial brasileiro, pelo decreto n.º 738, de 25 de novembro de 1850, e que obrigava ao registo dos comerciantes num dos Tribunais do Comércio, entretanto criados, no Rio de Janeiro, Baía, Pernambuco e Maranhão, e cuja documentação se encontra disponível para consulta também no Arquivo Nacional brasileiro. Recorremos, ainda, a fontes e bibliografia disponibilizadas na rede de investigação digital REMESSAS, desenvolvida pelo CEPESE.

## 1. Enquadramento teórico-conceitual

A Teoria das Elites, embora formulada na transição do século XIX para o século XX, com os contributos de Gaetano Mosca com a sua doutrina sobre a «classe política»; de Vilfredo Pareto com a teoria da «circulação das elites»; e Robert Michels com a ideia da «lei de bronze das oligarquias», continua muito atual.

Mosca definiu os pressupostos do elitismo, distinguindo duas classes de pessoas, uma mais numerosa e dirigida por uma segunda menos numerosa, mas dirigente. Enfatiza assim a variável 'organização' como o recurso que permitia o domínio da minoria sobre a maioria como uma constante universal, passando a haver duas classes de pessoas, a dos governantes e a dos governados. Esse é o ponto de partida para a Teoria das Elites.

Pelo contrário, Pareto (1935) valoriza as habilidades e competências próprias dos integrantes da elite, ou seja, os indivíduos que se destacam por possuírem certas qualidades ou competências que os distinguem da restante da população. Assim, a desigualdade social seria uma consequência da desigualdade – natural – entre os homens. Logo, alarga o espectro da elite não apenas a uma aristocracia, mas a qualquer grupo que se destaque (o mais habilidoso, por exemplo) em determinada atividade.

Robert Michels observa a relação entre a organização e grupo de poder, em que a organização promove a formação de um grupo oligárquico, como explica na sua obra *Sociologia dos partidos políticos*, escrita no início do século XX, em que estuda as determinantes organizacionais que levam à divisão entre uma minoria de governantes –oligarquia e não elite – e uma maioria de governados.

O outro paradigma defendido por este último autor é o da psicologia das multidões, e que também explica a necessidade que as massas têm de se submeterem aos chefes. Ou seja, qualquer organização caminha para a burocratização. Uma vez que a maioria (massa), é incapaz de se organizar, necessita de um pequeno grupo para

a dirigir, com uma hierarquia, com regras e com disciplina. Michels chamou essa tendência à elitização de «lei de bronze das oligarquias» (MICHELS, 1915).

Num trabalho de carácter científico impõe-se um enquadramento teórico e conceptual, justificando o paradigma adotado na investigação. Contudo, sendo o conceito de elite polivalente e tão pouco consensual, não elegemos um conceito rígido e fechado, entendendo a elite como um grupo dotado da capacidade de (tentar) monopolizar recursos de naturezas distintas. As elites são grupos que ocupam o ‘topo’ de «estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos», «o que há de mais valorizado e de melhor qualidade; minoria que detém o prestígio e o domínio sobre o grupo social» (Elites, 2002).

José Murilo de Carvalho, estudando o Brasil Imperial, é, em nossa opinião, a melhor perspetiva que se aplica ao estudo da elite brasileira no século XIX. Os seus fundamentos, aparecem, pela primeira vez, nas suas obras, publicadas originalmente em 1975, *A construção da ordem e Teatro das Sombras*, em que faz uma revisão da literatura, desde a visão clássica de Mosca e Pareto até teses mais recentes como de «estamento», de Faoro, enunciada em *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Carvalho aplica, assim, as premissas de Faoro na burocracia imperial brasileira, esclarecendo que o que Faoro chamava estamento, «na verdade era uma elite política formada em processo bastante elaborado de treinamento, a cujo seio se chegava por vários caminhos, os principais sendo alguns setores da burocracia, como a magistratura» (CARVALHO, 2007, p. 151). Carvalho vai além, ao dizer que o modelo de burocracia ideal de Weber é insuficiente para explicar a administração imperial, uma vez que, além da administração, também atuava em questões de natureza política e social. Para Max Weber, a elite é uma consequência da estratificação estamental, usufruindo do monopólio de bens ou oportunidades materiais e imateriais (WEBER, 1947).

Em suma, o grande contributo de Carvalho para o estudo da elite brasileira, na primeira metade do século XIX, reside na demonstração da homogeneidade da elite política, devido à identidade portuguesa comum reforçada pela formação na Universidade de Coimbra – sobretudo dos filhos dos abastados comerciantes de origem lusa –, valorizando a formação jurídica. Segundo o referido autor, esta realidade permitiu a construção do Estado com uma soberania autónoma e unificada, capaz de resistir às várias revoltas independentistas.

## 2. Os e/imigrantes portugueses na elite brasileira

As migrações, um fenómeno antigo da Humanidade e uma constante da História Moderna e Contemporânea portuguesa, constituem uma prática enraizada nos Açores, Madeira e em toda a região do Noroeste português, principais fontes de emigrantes durante o século XIX.

O peso da opção pelo Brasil, notória nos pedidos de passaporte para emigrantes registados no Governo Civil do Porto de 1836 a 1851, leva a que a barra do rio Douro se torne no «principal porto de escoamento da emigração oitocentista com origem no vasto *hinterland* de entre Minho e Vouga, mas onde o lugar prioritário cabia, sem dúvida, ao distrito do Porto» (ALVES, 1994, p. 11). São também do Porto os principais comerciantes envolvidos no comércio com o Brasil<sup>2</sup>, sendo os elos da corrente de intercâmbio mercantil e financeiro que unia Portugal à antiga colónia.

2 Trata-se de uma corrente de influências recíprocas. Existiam muitos comerciantes portuenses com interesses no Brasil, mas também existiam comerciantes no Porto de nacionalidade brasileira. Em 1838, esta cidade contava com 634 comerciantes portugueses, 163 «comerciantes e cidadãos brasileiros» e somente 117 comerciantes de outras nacionalidades – sobretudo britânica (*Directorio Civil...1838*, p. 103-107). Constatamos, ainda, que este setor da burguesia portuguesa é reforçado por um fluxo de emigrantes portugueses que tendo enriquecido no Brasil retornam ao seu país natal após uma estadia mais ou menos longa nas cidades brasileiras.

Com este propósito, analisamos o fluxo de emigrantes portugueses que rumaram ao Brasil com passaporte concedido pelo Governo Civil do Porto, entre 1836-1851, permitindo-nos, assim, perceber o seu impacto quantitativo e qualitativo, quer no Estado de origem, quer no Estado de destino, num período especial da política internacional oitocentista.

Registamos, assim, o volume total dos emigrantes, bem como a sua distribuição por naturalidade, género, estado civil, grupos etários, profissão e portos de chegada, o que nos possibilita estabelecer uma visão mais rigorosa, sob os pontos de vista quantitativo e qualitativo, do perfil socioprofissional do emigrante saído do Norte de Portugal para o Brasil no período referido. As conclusões a que chegamos podem ser aplicadas ao total da emigração nacional, uma vez que, nesta altura, concentravam-se no Porto – tanto no seu Governo Civil, enquanto entidade administrativa que concede o passaporte, como no seu cais portuário, de onde saíam os emigrantes – duas das principais etapas do processo emigratório português: a solicitação do passaporte e a partida para o Brasil<sup>3</sup>.

Para os anos de 1836-1851, e com base no estudo efetuado nos *Livros de registo de passaporte* do Governo Civil do Porto, podemos concluir que este período é caracterizado por um crescente fluxo migratório, registando-se 28 726 emigrantes (30 444, se somarmos os acompanhantes) que solicitaram passaporte junto do Governo Civil do Porto com destino ao Brasil, num total de 31 246 emigrantes que saem do País para vários destinos. No Brasil, destacam-se os destinos de Rio de Janeiro com 22 260 (73%) partidas, Pernambuco com 2582 (8%) e Baía com 1960 (6%), para onde viajam 87% dos emigrantes.

Trata-se de uma emigração predominantemente masculina, contando com 28 213 homens que representam 98% do total dos titulares de passaporte. Maioritariamente solteiros (86%), verifica-se o predomínio dos grupos etários dos 10-19 anos, o que corresponde a cerca de 54% do total dos titulares de passaporte que partem para o Brasil no período estudado.

Oriundos fundamentalmente do distrito do Porto (53%), estavam, na sua maioria, ligados ao setor secundário (4784 emigrantes, 60%), prevalecendo os artífices. O setor primário está representado por 1300 (16%) emigrantes. Destes, 91% declararam ter a profissão de «agricultor» ou de «lavrador», 8% registaram-se como profissionais ligados à pesca («marítimos» e «pescadores») e em atividades extrativas. Foram ainda contabilizados nove «mineiros» (1%). No setor terciário, com um peso de 24% (1909) no total dos emigrantes com profissão declarada no passaporte, é notória a atividade comercial registada em 1554 passaportes solicitados no Governo Civil do Porto, por negociantes ou comerciantes, e pelos «caixeiros, celebrizados na literatura tradicional da emigração portuguesa para o Brasil.

Os restantes 355 titulares de passaporte declararam trabalhar em atividades económicas relacionadas com higiene (barbeiros) (5%), religião (4%), saúde (3%), artes (1%), serviço doméstico (1%), ensino (0,8%), transportes (0,6%), defesa (0,5%), função pública (0,4%) e atividade administrativa (0,3%). Com um peso expressivo, encontramos 81 pedidos de passaporte por eclesiásticos (padres, presbíteros, clérigos diocesanos e vigários). Em 'artes' englobámos catorze músicos, sete artistas, três atores e um compositor. Salienta-se, ainda, a emigração de vinte juristas, quinze professores e 63 profissionais ligados à saúde (52 boticários/farmacêuticos e onze médicos), evidenciando-se já um nível elevado na formação académica de alguns emigrantes, como veremos mais adiante.

3 Esta opção metodológica resulta, ainda, do facto de não existirem estatísticas rigorosas e oficiais para a primeira metade do século XIX, nem em Portugal sobre o total da emigração nacional, nem no Brasil quanto à sua imigração. Assim, apenas dispomos de estimativas, seguramente muito inferiores ao total e/imigratório efetivo, e que não contabilizaram – nem podiam – a emigração clandestina.

Sobre os 21 criados ('serviço doméstico') que solicitaram passaporte com destino ao Brasil, na maior parte das vezes para acompanhar outros e/immigrantes abastados para quem trabalhavam, convém recordar a opinião de Jorge Alves, ao considerar que corresponde «a uma fase transitória, intermédia entre a saída da casa de origem e o estabelecimento próprio, tempo de aprendizagem, de socialização e de aforro que deveria terminar [...] na emigração, depois de amealhado o suficiente para uma partida autónoma» (ALVES, 1994, p. 94).

Finalmente, com totais parciais inferiores a uma dezena, contabilizámos nove militares («defesa»), sete funcionários públicos e cinco trabalhadores administrativos (amanuenses, escriturários e guarda-livros).

A atividade comercial emerge, assim, como a mais frequente nos pedidos de passaporte, uma vez que diz respeito a 5,4% do total de titulares de passaporte registados no Governo Civil do Porto entre 1836 e 1851. Deste grupo sobressaem, pela sua expressão numérica, os caixeiros (868) e os negociantes (686) – que se registam como «negociantes», «comerciantes», ou «a negócio», e a que agregamos os agentes comerciais, os botequineiros, os tendeiros e os vendeiros, perfazendo um total de 1554 indivíduos (81% do total do setor terciário), permitindo que o comércio a retalho, como a grosso, no Brasil fosse praticamente monopolizado pelos comerciantes portugueses. «Os que se dedicam ao comércio, por sua natureza, têm mais persistência no País, sendo poucas as casas de qualquer negócio do Rio de Janeiro, que não têm um ou mais caixeiros portugueses, havendo igualmente alguns destes que são chefes de casas de comércio, e proprietários de estabelecimentos naquele País» (Emigração portuguesa para o Brasil, 1846).

Um estudo sobre os estabelecimentos comerciais no Brasil, relativo aos anos de 1856-1857, mostra que 43,5% dos estabelecimentos pertenciam a brasileiros, 35,3% a portugueses e 21,0% a comerciantes de outras nacionalidades. No setor alimentar, essa distribuição modifica-se em proveito dos portugueses: os brasileiros possuem 36,6% das lojas, os portugueses 43,2% e os de outras nacionalidades 20,0% (LOBO, 1978, p. 284-289). «Aqui, a continuidade da influência portuguesa segue um fio condutor que vai do século XVIII até a época atual: hoje ainda, muitos armazéns do Rio e de São Paulo pertencem a portugueses originários das províncias do Norte do Tejo» (ALENCASTRO, 1988, p. 35).

A figura do caixeiro perdura até aos dias de hoje, na literatura, como o símbolo do jovem português – geralmente com 13 anos, idade que lhes permitia sair do País sem estar condicionado pelo recrutamento militar – que parte para terras de Vera Cruz na busca de uma vida melhor, iniciando-se na atividade mercantil com a expectativa de chegar a comerciante. No Brasil existe uma rede de atração destes jovens e/immigrantes, protagonizada por parentes, conterrâneos e muitos comerciantes de origem lusa já estabelecidos nas principais cidades do então Império do Brasil. Geralmente, os e/immigrantes no Brasil menores de 14 anos, com ou sem instrução (à semelhança de Portugal), desempenhavam a tarefa de marçanos, que representava, na carreira comercial, o degrau inferior ao de caixeiro ou de «aprendiz de caixeiro». Lená Medeiros de Menezes descreve bem a vida dura destes empregados comerciais, polivalentes, desempenhando todo o tipo de tarefas, desde o atendimento à limpeza do estabelecimento (MENEZES, 2000, p. 176). Explorados pelo patrão – geralmente um familiar ou conterrâneo –, muitas vezes dormindo no estabelecimento comercial em que eram empregados, sobre o próprio balcão de serviço, podendo o horário de trabalho estender-se até 18 horas ininterruptas, das seis ou sete da manhã até à meia-noite. Geralmente trabalhavam sem remuneração durante um ano para reembolsar as despesas de transporte<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> TT, MNE, *Consulado de Portugal no Rio de Janeiro*, cx. nº 5, of. nº 16, 12.3.1852.

Contudo, este universo de caixeiros<sup>5</sup> foi o alfobre da futura elite comercial e financeira do Brasil, como revelam as fontes consultadas e as condecorações honoríficas<sup>6</sup> atribuídas pelos Estados brasileiro e português a e/imigrantes portugueses que se notabilizaram na antiga colónia. Destes, elegemos apenas cinco para a análise do seu percurso biográfico.

António da Silva Tavares Vouga, natural do Porto, partiu para o Brasil, com 13 anos e solteiro, com o passaporte n.º 778, datado de 8 de janeiro de 1841, empregando-se, quando chega ao Rio de Janeiro, como caixeiro, na Praia do Peixe, n.º 27, junto do cais Pharoux. Em 26 de janeiro de 1857, com 29 anos de idade, registou-se no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro como «negociante de fazendas por atacado».

Em 1875, já regressado a Portugal e com residência no n.º 161, da Rua de Camões, no Porto, assume as funções de administrador substituto nos Estatutos do Banco Português, aprovados pelo decreto n.º 6040, de 27 de novembro de 1875. Aquando da sua morte, em 22 de dezembro de 1881, o seu testamento, datado de 22 de março de 1881, identifica-o como capitalista<sup>7</sup>.

Henrique José Caminha era natural do Porto de onde parte, com 16 anos e solteiro, para o Rio de Janeiro, com o passaporte n.º 1107, de 11 de maio de 1836. Chegado ao Brasil, empregou-se como caixeiro, num estabelecimento comercial da Rua da Quitanda, n.º 78. Em 1851, o seu nome aparece nos registos do Tribunal do Comércio brasileiro como negociante grossista e de retalho estabelecido na Rua da Alfândega, n.º 67.

A sua riqueza e protagonismo comercial e social justificaram a atribuição de honrarias. Em 1854 foi-lhe atribuída a condecoração de Oficial da Ordem da Rosa – ordem honorífica brasileira atribuída em reconhecimento da fidelidade ao imperador brasileiro e por serviços prestados ao Estado.

Joaquim Bernardino Pinto Machado, natural das Terras de Basto, sub-região compreendendo uma circunscrição administrativa junto da bacia média do Tâmega, partiu para o Rio de Janeiro, com 13 anos e solteiro, com o passaporte n.º 293, de 19 de setembro de 1838.

Além da atividade comercial, participa em várias instituições sociais e culturais brasileiras, nomeadamente na Sociedade Portuguesa de Beneficência, como conselheiro-mordomo em 1865; na Imperial Irmandade do Senhor dos Passos, como procurador; em 1870 e na Caixa de Socorros D. Pedro V, como conselheiro, em 1875. Destacou-se, ainda, em 1870, na Direção do Liceu Literário Português, criado em 1869 a partir de uma dissidência do Real Gabinete de Leitura, tornou-se uma importante instituição de instrução popular no Rio de Janeiro. Foi agraciado em 1875, simultaneamente, no Brasil como cavaleiro da Rosa, e em Portugal como comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Um exemplo paradigmático da ascensão social dos e/imigrantes portugueses, no Brasil, é João José dos Reis, nascido em Matosinhos em 11 de maio de 1820. Emigrou do Porto para o Rio de Janeiro em 1833, ainda solteiro, com 13 anos, passando a ser, após a sua chegada, caixeiro na Rua do Rosário, n.º 158. Morreu nessa cidade brasileira em 25 de outubro de 1888.

O *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* de 1845 (p. 245) anuncia-o já como sócio da firma Amaral Filho & Reis, um armazém de vinhos situado na Praia dos Mineiros – então Rua Visconde de Itaboraí –, n.º 15. O seu sócio, o major António José do Amaral – também de origem portuguesa (Viseu)

5 Estudados por alguns investigadores brasileiros, nomeadamente Tânia Risério d' Almeida Gandon (2010); Lená Menezes e Paula Cypriano (2008) e Marie-Jo Ferreira (2013), cujos trabalhos seguimos de perto nesta investigação.

6 O estudo, ainda escasso, das ordens honoríficas concedidas a nacionais portugueses emigrados no Brasil, permite-nos identificação de indivíduos que se notabilizaram e ascenderam à elite brasileira, bem como a percepção de práticas e representações sociais e culturais presentes na sociedade brasileira no século XIX.

7 AMP, *Registo do testamento com que faleceu António da Silva Tavares Vouga, capitalista*. Lv. n.º. 18.

–, era também seu sogro – casara em 1842 com Josefina Maria do Amaral, com quem teve dois filhos<sup>8</sup>, com quem visita Portugal, em 1843, então com 23 anos de idade, de acordo com o passaporte n.º 1309, usado no regresso ao Brasil, emitido pelo Governo Civil do Porto, datado de 24 de novembro de 1843, registando como acompanhantes, «a mulher; uma filha bebé; e uma ama-de-leite».

Em 1848, já viúvo desde 1847, casa com Henriqueta Januária da Silva, com quem teve mais dez filhos<sup>9</sup>, todos nascidos no Rio de Janeiro.

Em 1855, matriculou-se pela primeira vez no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro, como negociante de molhados por atacado, e em 1857 aparece como único proprietário do armazém de molhados na Praia dos Mineiros, n.º 15, endereço comercial que mantém desde 1845 até 1875, a par com um armazém na Rua Direita, n.º 68, desde 1865.

João José dos Reis foi desde 1860 agente comercial do Real Contrato do Tabaco de Lisboa, responsável pela venda do rapé *Princesa de Lisboa*. Além da sua atividade comercial e imobiliária, liderou instituições financeiras, seguradoras, associações filantrópicas, mutualistas, literárias e profissionais, tanto no Brasil, como em Portugal. Foi presidente da Companhia Brasileira de Navegação a Vapor e membro da Comissão Fiscal da Companhia de Seguro Marítimo Nova Permanente. Fundou três companhias seguradoras: Garantia, Fidelidade e Confiança.

No setor bancário, foi diretor do Banco do Brasil, desde 1865, e do The Brazilian and Portuguese Bank, desde 1875, data em que passa a integrar o Conselho Diretor do Banco Comercial do Rio de Janeiro. Em 1860 foi nomeado membro da Comissão da Praça do Comércio do Rio de Janeiro. Enquanto representante do setor, foi convidado para exercer as funções de presidente honorário das associações comerciais do Porto e de Lisboa e para membro da Comissão Consultiva do Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro. Exerceu este último cargo desde a sua fundação até 31 de dezembro de 1873.

Na esfera social, presidiu à Sociedade Portuguesa de Beneficência e à Comissão Portuguesa de Socorros, integrando, ainda, a Comissão de Socorro às Vítimas das Inundações em Portugal, em 1876, acumulando com o lugar de secretário da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, desde 1860, e provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz da Candelária e definidor da Irmandade do Divino Espírito Santo da Matriz de Santana, desde 1875.

No âmbito cultural, desde 1875, participou no Conselho da Associação Promotora da Instrução para Meninos, no Conselho das Aulas Gratuitas do Liceu Literário Português e foi sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa.

O prestígio granjeado junto dos seus pares, levou a que fosse condecorado várias vezes, tanto no Brasil como Portugal. No Brasil, entre outras condecorações, recebeu a de dignitário e cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, em 1865, e de comendador em 1875. Em 1870, foi-lhe atribuída a condecoração de cavaleiro e comendador da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Em Portugal, foi agraciado a João José dos Reis com os títulos de cavaleiro e comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1855 e 1865, respetivamente), de fidalgo cavaleiro da Casa Real

<sup>8</sup> Maria Josefina dos Reis, nascida em Matosinhos, Portugal, em 10 de agosto de 1843, durante a estadia dos pais em Portugal, morando na rua do Areal, em Matosinhos. O segundo filho, João José dos Reis Júnior nasceu no Rio de Janeiro em 25 de julho de 1846, tal como o pai, um grande empresário e proprietário brasileiro, tendo sido o primeiro proprietário do jornal *O Paiz*, editado desde 1 de outubro de 1884.

<sup>9</sup> Destes apenas obtivemos informações de sete: Joaquim Elísio da Silva Reis em 19 de março de 1855; Jerónimo Elísio da Silva Reis em 17 de julho de 1856; Luís Elísio da Silva Reis em 17 de janeiro de 1858; Rita Joana da Silva Reis em 12 de março de 1862; Ana Henriqueta da Silva Reis em 12 de março de 1863; Elvira Júlia da Silva Reis em 12 de abril de 1868 e Fausto Afonso da Silva Reis em 28 de maio de 1870.

e de comendador da Ordem de Cristo (1875). Foi-lhe concedido, no reinado de D. Luís I, os títulos de barão do Reino, 1.º visconde de São Salvador de Matosinhos, por decreto régio de 5 de junho de 1873, e 1.º conde de São Salvador de Matosinhos, por decreto régio de 29 de janeiro de 1880. Foi ainda agraciado com a Medalha de Honra da Caixa de Socorros de D. Pedro V, em 1875.

José Marcelino Pereira de Morais, natural de Bragança, partiu para o Rio de Janeiro, com 13 anos e solteiro, como passaporte n.º 1281 emitido pelo Governo Civil do Porto, de 3 de dezembro de 1836, acompanhado pelo irmão, José Júlio Pereira de Morais – futuro visconde de Morais e presidente do Gabinete Português de Leitura, em 1891 –, portador do passaporte n.º 1280, emitido pela mesma entidade e registado no *Livro de Registos de Passaportes* n.º 3245.

Além da sua atividade comercial, participou em várias instituições culturais e de assistência no Rio de Janeiro, sendo tesoureiro e depois prior, em 1860 e em 1865, respetivamente, da Episcopal Ordem Terceira de Nossa Senhora do Terço. Em 1875, foi simultaneamente adjunto do Montepio Geral, vice corretor da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, e mesário da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz da Candelária. O seu filantropismo foi reconhecido, tendo sido agraciado com o título de cavaleiro da Ordem de São Gregório Magno (Roma).

Vitorino Pinto de Sá Passos, natural do Porto, partiu para o Rio de Janeiro, com 19 anos e solteiro, declarando-se já como «caixeiro» no passaporte que solicitou junto do Governo Civil do Porto, com o n.º 154 e datado de 30 de agosto de 1838. Em 1841, já com 22 anos, ainda se encontra como «caixeiro, num estabelecimento comercial situado na Rua de São Pedro, n.º 42», tal como declarou quando apresentou o seu passaporte às autoridades brasileiras. Em 1851, no seu registo no Tribunal de Comércio do Rio de Janeiro está identificado já como negociante grossista estabelecido no mesmo endereço em que iniciara a sua carreira de caixeiro.

O seu protagonismo comercial e social foi reconhecido pelo governo português que lhe atribui, em 1852 e 1854 respetivamente, os títulos de cavaleiro e comendador da Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa.

### **3. As redes criadas pelos e/imigrantes portugueses no Brasil**

Os e/imigrantes portugueses no Brasil criaram redes de sociabilidade, nomeadamente pelo financiamento e participação em diversas instituições de natureza social, cultural e filantrópica que constituíram importantes pontos reunião e de negociação entre os grandes negociantes portugueses, no Brasil, como, por exemplo:

- o Real Gabinete Português de Leitura presente em vários Estados brasileiros e fundado em 1837, tornou-se um dos polos literários e culturais do Brasil, chegando mesmo o seu espólio arquivístico e bibliográfico a rivalizar com o da Biblioteca Nacional e arquivos nacionais brasileiros;
- a Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, criada em 1840, por iniciativa de Francisco João Moniz, secretário do Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro e por José Marcelino da Rocha, um rico negociante português imigrado no Brasil e desenvolvida a partir da década de 1870 pelo apoio financeiro de outro imigrante português, o já referido banqueiro João José dos Reis que assumiu a presidência entre 1871 e 1887, chegando a construir um hospital que foi referência em termos de assistência médica durante o século XIX;



- o Grêmio Literário Português no Rio de Janeiro, fundado em 1855, e que publicou a revista literária. A Saudade (1855-1857). Desapareceu na década de 1860. Foram seus fundadores Fernando Joaquim Pereira Castiço; Ernesto Pego de Kruger, Cibrão; Constantino Joaquim de Azevedo Lemos; Joaquim da Costa Ramalho de Ortigão; Francisco Ramos Paz; e António Xavier Rodrigues Pinto, todos eles e/imigrantes portugueses, ligados ao comércio;
- o Retiro Literário Português, organizado em 1859, disponibiliza uma importante biblioteca aos seus associados e dispõe de uma política editorial, promovendo a cultura lusófona, e assim, o intercâmbio cultural luso-brasileiro. Publicou a Revista do Retiro Literário Português (1882-1885);
- a Caixa de Socorros D. Pedro V, criada em 1863, também vocacionada para o apoio aos imigrantes portugueses mais carenciados e financiada, ainda na atualidade, pelos associados portugueses;
- o Liceu Literário Português, fundado em 1868, disponibilizava formação acadêmica;
- o Clube Ginástico Português, desde a sua fundação em 1868 tem desenvolvido eventos de natureza desportiva, tendo criado o Clube de Futebol do Rio de Janeiro e o Clube de Regatas Vasco da Gama.

Ao nível comercial do dinamismo destes e/imigrantes portugueses abastados e influentes no Brasil resultou o estabelecimento de importantes redes comerciais a operar sobretudo, a partir do Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco. Não será, pois, de estranhar que estas três províncias tenham sido sede de tribunais de Comércio<sup>10</sup>, previstos no Código Comercial brasileiro de 1850. Detenhamo-nos um pouco sobre cada uma delas.

O porto de entrada mais expressivo dos e/imigrantes portugueses no período em análise – Rio de Janeiro – escolhido por 73% dos emigrantes (22 260 emigrantes), foi aquele justamente em que, ainda hoje, a comunidade de origem portuguesa é mais significativa. O Rio de Janeiro não é uma cidade qualquer para os portugueses. Apesar de ser considerado, legalmente, um estrangeiro, o e/imigrante português, enquanto fundador e antigo colonizador da cidade, gozava de um estatuto particular, propício à sua instalação.

Esta preferência pelo destino carioca, é de fácil explicação. Sede da administração colonial desde 1763 e capital do Império desde 1822, o Rio de Janeiro concentrava a maior parte do aparelho político-administrativo do Brasil, de onde partiam os ecos políticos, culturais e sociais para o resto do país. A instalação da Corte portuguesa, com mais de dez mil pessoas, quando das invasões francesas, e a «abertura dos portos às nações amigas», em 1808, foi o primeiro grande contributo para o desenvolvimento urbano da cidade, inserindo o Brasil na dinâmica do capitalismo internacional. Transferem-se para esta cidade todos os órgãos da administração pública e da justiça, criam-se academias, hospitais, quartéis, escolas, museus, teatros, bibliotecas, hotel (Pharoux) e até o Jardim Botânico, tornando-se também o Rio de Janeiro ponto de partida de inúmeras expedições científicas.

Centro das decisões políticas e principal porto exportador/importador do país, a cidade passa a funcionar como polo de redistribuição da economia brasileira, ainda essencialmente agrária, desenvolvendo cada vez mais os setores comerciais e de prestação de serviços.

<sup>10</sup> Com a promulgação do Código Comercial, pela lei n.º 556, de 25 de junho de 1850, determinava-se a criação dos tribunais do Comércio no Rio de Janeiro, Pernambuco e Baía – juízos judiciais privilegiados para os comerciantes. Julgava em primeira instância ou em recurso as causas mercantis.

Os cafezais, inicialmente cultivados nos arredores da cidade do Rio de Janeiro, atingem Angra dos Reis e Parati, evoluindo para o vale do Rio Paraíba do Sul até às encostas da serra fluminense. O café passa então a concorrer com as lavouras tradicionais do açúcar, do algodão e do tabaco. Importantíssimo negócio foi o tráfico de escravos trazidos, aos milhares, em navios negreiros e vendidos aos fazendeiros e comerciantes nos mercados cariocas.

Dentro da Baía de Guanabara praticava-se a pesca em grande escala, inclusive de baleia, cujo óleo era utilizado para a iluminação da cidade.

Paralelamente, a sua posição geográfica garantia que fosse o principal porto brasileiro – pelo menos até final do século XIX – quando passou a ter a concorrência do porto de Santos/São Paulo –, quer para o comércio internacional, quer para a entrada de imigrantes, beneficiando da progressiva internacionalização da economia brasileira que, livre dos constrangimentos do sistema colonial, se integra na rede do comércio internacional com os principais mercados e portos internacionais de Liverpool, Havre, Nova Iorque, Bordéus, Baltimore, Barcelona e Porto, entre outros.

A expansão econômica e o crescimento urbano mudou, também, a estrutura social da cidade, robustecendo uma classe média, burguesa, distinta da tradicional oligarquia rural, cujos hábitos de consumo afrancesados impulsionou o aparecimento de confeitarias, casas de chá, livrarias, teatros e sofisticadas lojas abastecendo a sociedade carioca dos mais diversificados e luxuosos produtos, como descrevem os vários relatos de viajantes europeus que passam pelo Rio de Janeiro no século XIX, perplexos com o dinamismo comercial e estilo de vida carioca, próprios de uma cidade cosmopolita, que reúne grande quantidade de artistas, escritores, cientistas, comerciantes, diplomatas, jornalistas. O Rio converte-se, assim, no maior mercado consumidor urbano do país e na principal metrópole oitocentista brasileira.

O Rio de Janeiro beneficiou também do investimento de capitais deslocalizados pelo fim do tráfico negreiro e pela projeção do café, enquanto mercadoria, no mercado internacional. Funcionava como o principal interface do Império Brasileiro com a América e com a Europa, transformando a cidade na principal porta de entrada do país, atraindo migrações internas e externas.

O rápido progresso urbano do Rio de Janeiro levou a que a sua população quase quadruplicasse na primeira metade do século XIX, passando de cerca de 60 000 habitantes em 1808 para 266 196 habitantes em 1849, de acordo com os dados fornecidos pelo recenseamento realizado nesse ano (ABREU, 1988, p. 39). A distribuição dessa população também sofreu mudanças significativas, revelando um intenso processo de urbanização. Em 1849, de acordo com o referido recenseamento, 60 290 habitantes (quase um quarto da população) residia nas paróquias rurais, enquanto aproximadamente três quartos (205 906 habitantes) já habitavam nas paróquias urbanas: Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana. A cidade é também centro de acolhimento dos filhos das oligarquias rurais que vão estudar no Colégio Pedro II, nas faculdades de Direito e Medicina ou na Escola Politécnica.

A capital do império brasileiro é, também, a cidade onde os salários eram mais elevados. «Utilizando uma equivalência em libras [...] os salários no Rio de Janeiro podiam multiplicar por três ou quatro os salários portugueses. Mesmo considerando os gastos acrescidos de alojamento e alimentação, um trabalhador português que exercesse no Brasil a mesma profissão que tinha em Portugal podia, depois de pagas as suas despesas, obter uma poupança equivalente ao total do salário português. Essa elevada capacidade de poupança atraía muitos e/ imigrantes portugueses, mesmo aqueles que, com trinta ou quarenta anos, dificilmente pensariam em mudar de profissão ou estabelecer seu próprio negócio» (LEITE, 2000, p. 187).

O Estado da Baía, durante o século XIX, também atravessou um período de mudanças, com a transição do modelo oligárquico agroexportador para o modelo industrial e comercial, contagiado pela dinâmica das regras capitalistas internacionais. O poder começa a transferir-se dos proprietários dos engenhos (produtores de açúcar) para os grandes comerciantes, favorecendo o grupo social dominante constituído por portugueses. O predomínio dos portugueses no comércio baiano é demonstrado pelo poder da Associação Comercial da Baía, criada em 1811 com a denominação de «Casa do Comércio» – a primeira a ser formada em toda a América Latina –, condicionada pelos interesses lusos. Aliás, a preponderância dos imigrantes portugueses no comércio é também patente na promulgação do Código Comercial brasileiro de 1850, que irá impor o *modus operandi* da lógica capitalista de um país essencialmente exportador de mercadorias, afastando-se do perfil agrário tradicional.

Tal como o Rio de Janeiro, a cidade de Salvador também foi absorvida pelo processo brasileiro de modernização e urbanização segundo moldes europeus, com a chegada da Corte portuguesa, a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, em 1808, como é exemplo a criação da primeira escola de ensino superior do Brasil (a Faculdade de Medicina da Baía), a realização de várias obras públicas (arruamentos) e a edificação de novas residências.

A vida económica da cidade de Salvador era essencialmente comercial. A propósito, Kátia Mattoso (1978, p. 239) afirma que «em primeiro lugar, o mercado de trocas, a nível internacional, domina de longe todas as atividades comerciais e financeiras da Província [...] nas mãos de grandes comerciantes [portugueses]». Será esta elite baiana que formará a rede de atração e acolhimento dos imigrantes portugueses que, entre 1834 e 1851, sonham com o lugar de caixeiro na sociedade comercial da Baía, como um primeiro degrau da escada que lhes dará acesso ao *El Dorado*.

Ao longo do século XIX, assiste-se também a um desenvolvimento económico de Pernambuco, acompanhado de um crescimento e modernização das suas principais cidades – Olinda e Recife –, onde se concentravam os e/imigrantes portugueses desta região – apesar de uma forte instabilidade social, como a Revolução Praieira de 1848, que desmotivava a imigração.

Este período é marcado por uma evolução em que coexiste uma elite agropecuária, prejudicada com a decadência das exportações de açúcar e de algodão, e a elite burguesa, constituída essencialmente por portugueses, muitos deles ligados ao comércio de escravos. Como foi provado nos estudos de Silva e Eltis (2008, p. 122), o Recife, capital de Pernambuco foi, a nível mundial, o quinto maior centro organizador do tráfico transatlântico de escravos do mundo.

Com a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, estes negociantes passaram a dedicar-se à atração de colonos, a chamada «escravatura branca», de portugueses ludibriados por contratos de trabalho que lhes hipotecavam qualquer possibilidade de sucesso económico no Brasil. Como exemplo desta rede pernambucana de comerciantes responsável pela atração e inserção de imigrantes portugueses vindos sobretudo da cidade do Porto e das Ilhas, no mercado de trabalho, tanto na cidade, como caixeiros, como no campo, nos engenhos de açúcar, temos Ângelo Francisco Carneiro, descendente de uma família de negociantes portugueses radicada em Pernambuco desde o século XVIII e agraciado em Portugal com os títulos de visconde de Loures e de comendador da Ordem de Cristo. Em Pernambuco, foi chanceler do Consulado dos Estados Pontifícios (onde o seu cunhado, o negociante Elias Baptista, também de origem portuguesa, era cônsul). Proprietário de uma das maiores fortunas de Pernambuco – aparecendo como o principal investidor na urbanização do Recife –, foi o mais importante traficante de escravos de Pernambuco que, progressivamente, face às restrições legais, se vai dedicando ao engajamento de emigrantes portugueses para Pernambuco.

A este propósito, Jorge Alves (1994, p. 128), cita uma carta deste negociante dirigida a Joaquim Ferreira dos Santos (futuro conde de Ferreira), em 1836, solicitando os seus bons ofícios no sentido de conseguir um intermediário na Ilha de São Miguel (Açores) que lhe angariasse «200 a 250 colonos» a transportar para Pernambuco no seu brigue *Orestes*. Existe outra referência na correspondência diplomática entre o cônsul inglês em Pernambuco e lord Palmerston, em 1841 (REIS; GOMES; CARVALHO, 2010, p. 174), ao envolvimento deste negociante nos casos das embarcações negreiras *Ermelinda* e *Ermelinda Segunda*, apreendidas pelas autoridades inglesas.

A herança da emigração portuguesa neste Estado brasileiro ainda hoje está bem presente, quer na genética dos pernambucanos, quer em várias instituições criadas pela e para a comunidade lusodescendente, como o Gabinete Português de Leitura.

## Conclusão

A comunidade lusa no Brasil, durante o século XIX foi o principal vetor do nacionalismo português no Brasil, e por isso, o primeiro grupo de pressão do reforço das relações políticas e diplomáticas bilaterais.

Os e/imigrantes portugueses no Brasil, durante o período em estudo, apresentavam já níveis de literacia académica e/ou formação técnica consideráveis que terão facilitado a sua ascensão social e económica. José Murilo de Carvalho demonstrou precisamente a importância dos portugueses letrados, imigrados no Brasil, para a formação da elite brasileira e para a unidade do Império e centralização do poder.

Disso é exemplo José Miguel Alves, natural do Porto, que, com 28 anos, ainda solteiro, partiu para Pernambuco com passaporte de 9 de outubro de 1843. No Brasil, veio a ser comendador e chanceler do Consulado Geral português em Pernambuco, tendo sido, em parceria com o médico e jornalista João Vicente Martins, um dos mentores da criação do Gabinete Português de Leitura do Estado de Pernambuco, em 3 de novembro de 1850.

Ao contrário de outros Estados latino-americanos – ex-colónias espanholas –, que se fragmentaram após a independência, o Brasil ficou a dever a sua integridade territorial à unidade da elite brasileira que com formação académica se formou numa sociedade predominantemente iletrada. A elite, que assume o poder e que se vai constituindo no Brasil independente, dispõe de uma natureza e um perfil singulares que não estão presentes nas classes dominantes dos outros países. Existem vários fatores explicativos para a homogeneidade e confluência de interesses dos notáveis brasileiros, nomeadamente a sua composição, formação e profissão.

Em primeiro lugar, convém lembrar que o substrato desta elite é português. Quer os seus membros tenham vindo na época colonial ou do Império, podem sempre contar com solidariedade lusa, muitas vezes reforçada pelo casamento – como acontece na classe mercantil, em que o jovem caixeiro procura casar com a filha do negociante já estabelecido há vários anos no Brasil.

Em segundo lugar, a formação superior desta elite é, regra geral, da Universidade de Coimbra ou do Brasil – Olinda ou São Paulo –, instituições fortemente controladas pelos respetivos governos, homogeneizando o sistema de valores e conhecimentos apreendidos. A escassez das instituições de formação superior facilitava os contactos e amizades pessoais entre os alunos das diferentes províncias, que se traduzem, no futuro, em alianças.

A profissão é o terceiro fator explicativo, uma vez que a maior parte desta elite é constituída por comerciantes ou magistrados, o que promove também a identidade de interesses e de visões quanto ao modelo de organização política a seguir. Os comerciantes – vitais para a sobrevivência económica da nação no plano nacional

e internacional – precisam de um Estado uno, seguro e forte, que lhes assegure estabilidade para os seus investimentos e transações económicas.

Nesta matéria, o papel dos magistrados também é fundamental, porque são os principais obreiros das leis estruturantes da organização e concentração do poder, como o Ato Adicional (1834), o Código do Processo Criminal (1832 e 1841) ou o Código Comercial (1850).

Acrescente-se, aliás, que, mesmo os e/imigrantes que não detêm formação superior evidenciam-se, em muitos anos, pelo simples facto de saberem ler, escrever e fazer contas, tornando-se «um grupo formado pelos quadros do melhor quilate, que seguiam com um projeto bem traçado e com a segurança necessária para triunfarem» (RODRIGUES, 1994, p. 85).

Além do impacto quantitativo, a e/imigração portuguesa para o Brasil representa também uma evolução qualitativa no contexto das migrações tradicionais, introduzindo novas configurações, nomeadamente uma maior seletividade, uma vez que é uma emigração dispendiosa, devido aos custos do processo burocrático de aquisição do passaporte, da viagem e da estadia no destino. Embora atraia indivíduos das classes socioeconómicas mais desfavorecidas – como os «meninos desamparados», os «expostos» e os «criados» –, o alvo privilegiado serão os filhos de famílias com algumas posses, capazes desse investimento inicial e detentores da formação académica ou técnica, imprescindível ao futuro 'brasileiro', que tem de aprender uma 'arte' ou ofício e ter um nível aceitável de literacia. Ao contrário das migrações tradicionais, a emigração para o Brasil, nesta época, é mais exigente, uma vez que o trabalho braçal já estava assegurado pelos escravos.

Constatámos que entre os imigrantes portugueses no Brasil – que não formavam, contudo, um grupo homogéneo e unido –, uma fação se organizou para defender os interesses portugueses nesse país, transformando-se num lóbi muito forte quer junto das autoridades políticas, quer junto da opinião pública: os intelectuais e os comerciantes.

Confirmando a tese de Pierre Milza da importância do papel das comunidades imigradas, enquanto agentes dinâmicos das relações bilaterais entre o Estado de origem e o Estado de destino, os e/imigrantes portugueses são um fator catalisador das relações luso-brasileiras, durante o século XIX, quer enquanto um todo – exigindo a intervenção do Estado português junto do Estado brasileiro para a salvaguarda dos seus interesses –, quer individualmente ou em pequenos grupos de imigrantes bem-sucedidos na sociedade brasileira, que pela sua influência pessoal ou pelo seu poder económico conseguem condicionar a decisão política brasileira, quer quanto a questões internas, como a criação do Código Comercial, em 1850, ou externas, como a política imigratória brasileira (MILZA, 1988, p. 131-134).

A heterogeneidade e, paradoxalmente o poder dos e/imigrantes portugueses tem como fatores explicativos, por um lado, a evolução do perfil socioeconómico do emigrante que sai de Portugal e, por outro, o sucesso da sua integração na sociedade brasileira, ao longo do século XIX.

Depois da independência brasileira – mas sobretudo após 1834 – as primeiras gerações de e/imigrantes portugueses que chegam ao Brasil são, regra geral, bem acolhidos e integrados na sociedade e no mercado laboral das principais cidades de acolhimentos: Rio de Janeiro, Salvador da Baía e Pernambuco. Essa integração é facilitada pelas redes de amigos e de familiares aí estabelecidas há alguns anos que os encaminham para a atividade comercial, como caixeiros ou marçanos, possibilitando que em poucas décadas prosperassem como proprietários da maioria dos estabelecimentos comerciais a retalho.

A partir de meados do século XIX, a emigração portuguesa para o Brasil é massiva, mas também mais pobre, menos seletiva quanto ao nível literário dos e/imigrantes e, regra geral, sem rede de acolhimento familiar à chegada. Assim, as condições de integração e de sucesso não são semelhantes para todos, polarizando-se os e/imigrantes em profissões tão diferentes como de trabalhador indiferenciado, lavrador ou caixeiro e, no outro extremo, de comerciante abastado ou banqueiro.

Apesar de a maioria dos e/imigrantes portugueses no Brasil ser marcada pela pobreza e a exclusão social, o *El Dorado* brasileiro é confirmado em alguns casos de sucesso de 'brasileiros' enriquecidos maioritariamente com os lucros dos seus investimentos comerciais ou com o tráfico de escravos. É esta elite comercial e intelectual que vai liderar a comunidade portuguesa imigrada no Brasil, detendo também um grande peso político – conseguindo mesmo influenciar o rumo de algumas políticas brasileiras, como são os casos da política de imigração ou a política externa, apesar do forte movimento antilusitano que marca este período.

### Fontes manuscritas

Arquivo Distrital do Porto (ADP) – *Livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto*. Livros 3242 a 3266, 1834-1851.

Arquivo Municipal do Porto (AMP) – *Registo do testamento com que faleceu António da Silva Tavares Vouga, capitalista*. Lv. n.º. 18.

Arquivo Nacional (Brasil) – *Registos de matrículas de comerciantes*. BR AN, RIO 9X – Série Indústria e Comércio – Comércio – Junta e Tribunal.

Arquivo Nacional da Torres do Tombo (TT) – MNE, *Consulado de Portugal no Rio de Janeiro*, cx. n.º 5, of. n.º 16, 12.3.1852.

### Fontes impressas

*Almanak (O) Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o anno de 1845*. Rio de Janeiro: Casa de Eduardo e Henrique Laemmert.

*Collecção das Leis do Imperio do Brasil*. 1830-1851. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

*Directorio Civil, Político e Commercial da antiga, muito nobre, sempre leal e invicta Cidade do Porto e Villa Nova de Gaia*. 1838. Porto: Tipografia Comercial.

Emigração portuguesa para o Brasil. *Diário do Governo*. Lisboa, 6.5.1846.

### Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida, 1988 – *Evolução urbana do Rio de Janeiro*, 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar/Iplandrio.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de, 1979 – *La traite négrière et l'unité nationale brésilienne*. *Outre-Mer. Revue Française d'Histoire*. LXVI (244-245), p.395-419.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de, 1988 – *Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1870*. *Novos Estudos CEBRAP*. 21, p. 30-56.

ALVES, Jorge, 1994 – *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: ed. do autor.

CARVALHO, José Murilo, 2007 – *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Elite. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2002.
- FAUSTO, Boris, 2004 – *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- FERREIRA, Marie-Jo, 2013 – *Le Brésil indépendant et le Portugal (1822-1922)*. Paris: Harmattan.
- GANDON, Tania Risério d'Almeida, 2010 – *Portugueses na Bahia na segunda metade do séc. XIX*. Emigração e comércio. Salvador-Baía: EDUNEB.
- LEITE, Joaquim da Costa, 2000 – *O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)*, in Boris Fausto (Org.) – *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, 1978 – *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, 2 volumes.
- MARTINS, Ismênia; SOUSA, Fernando de (Orgs.), 2006 – *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã.
- MATTOSO, Kátia M., 1978 – *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. Salvador: HUCITEC.
- MENEZES, Lená Medeiros de, 2000 – *Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, histórias de fracassos*, in Angela de Castro Gomes (Org.) – *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- MENEZES, Lená Medeiros; CYPRIANO, Paula Leitão, 2008 – *Imigração e negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal do Comércio da capital do Império (1851-1870)*, in Maria Izilda Matos; Fernando de Sousa; Alexandre Hecker (Orgs.). 2008. *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. São Paulo: EDUSC.
- MICHELS, Robert, 1915 – *Political parties: A sociological study of the oligarchical tendencies of democracy*. New York: Hearst's International Library.
- MILZA, Pierre, 1988 – La migration international: un enjeu épistémologique. *Relations Internationales*. (54), p. 131-134.
- MOSCA, Gaetano, 1992 – *La classe política*. México: Fondo de Cultura Económica.
- PARETO, Vilfredo, 1935 – *The mind and society: A treatise on general sociology*. New York: Dover Publication.
- REIS, J. J.; GOMES, F. S.; CARVALHO, M. J. M. 2010. *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RODRIGUES, Henrique, 1994 – *Emigração e alfabetização: o Alto Minho e a miragem no Brasil*. Viana do Castelo: Oeiras.
- RODRIGES, José Albertino (org.), 1984 – *Vilfredo Pareto: Sociologia*. São Paulo: Ática.
- SILVA, Daniel B. Domingues; ELTIS, David, 2008 – *The slave trade to Pernambuco, 1561- 1851*. In ELTIS, David; RICHARDSON, David (ed.). *Extending the frontiers: essays on the new transatlantic slave trade database*. New Haven: Yale University Press.
- WEBER, Max, 1947 – *The theory of social and economic organization*. New York: Oxford University Press.

### **Bases de dados**

Arquivo Nacional (Brasil) – *Movimentação de portugueses no Brasil: 1808-1842*. Disponível em: <[www.an.gov.br/baseluso.php](http://www.an.gov.br/baseluso.php)>.

Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE) – *Emigrantes de Portugal para o Brasil*. Disponível em: <[www.remessas.cepese.pt/remessas](http://www.remessas.cepese.pt/remessas)>.